

**06.04.2016 – 14h00**

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

**Entidade:** **Federação Portuguesa de Natação (FPN)**  
António José Silva (Presidente da Direção); Manuel Freitas (Vice-Presidente Executivo); João Campos (Técnico Superior).

**Recebida por:** Grupo de Trabalho do Desporto

**Assunto:** Apresentação de iniciativas e discussão de estratégias no âmbito da modalidade

**Exposição:** O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Pedro Pimpão, cumprimentou a delegação da Federação Portuguesa de Natação, a quem agradeceu a presença e o interesse em partilhar com os Deputados o trabalho que desenvolve.

Os representantes da Federação agradeceram a disponibilidade dos Senhores Deputados para a concessão da audiência e apresentaram as principais preocupações com que se debatem e que se encontram sintetizadas no documento entregue, que pode ser consultado na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), António Cardoso e João Azevedo Castro (PS) e Luís Monteiro (BE), que agradeceram a exposição, tendo ainda colocado algumas questões.

Em resposta, os representantes da Federação reafirmaram a necessidade premente de se encontrar uma solução para a questão dos Nadadores Salvadores (Lei nº 68/2014, de 29 de agosto).

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, consideraram inexistente o apoio que tem sido prestado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, pelo Comité Olímpico de Portugal e pelo Comité Paralímpico de Portugal e, relativamente aos atletas paralímpicos, confirmaram que integração é plena, apesar de o financiamento ser menor. Defenderam ainda um financiamento plurianual para os Jogos Olímpicos de Tóquio, no sentido de uma melhor programação da atividade da Federação.

Fizeram ainda alusão à necessidade de criação de mecanismos que permitam a compatibilização do treino com o estudo dos atletas de alto rendimento, de modo a aumentar o número de atletas.

Por último, manifestaram a sua satisfação pelos resultados obtidos, posicionando-se a Federação em segundo lugar a nível nacional, sendo que em 2013 ocupava a 16.<sup>a</sup> posição. Afirmaram necessitar de apoios compatíveis e, em relação à competência aquática das crianças, defenderam que, embora de uma forma gradual, deveria prever-se a obrigatoriedade de 15 a 20 aulas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

---

A documentação entregue, bem como a gravação áudio da audiência, encontram-se disponíveis na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de São Bento, 06 de abril de 2016

A assessora  
*Cristina Tavares*